



Arquivo

Mortada continua a negociar cortes nos investimentos

Sest promete definir os cortes ainda esta semana

Da sucursal de
BRASÍLIA

O secretário da Sest, Nelson Mortada, afirmou, ontem, que espera concluir ainda esta semana a nova versão do orçamento das empresas estatais, que continua sendo negociada com as *holdings* na parte relativa aos novos cortes nos recursos para investimentos. Ontem, após encontrar-se com o chefe da Assessoria Econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, o secretário da Sest participou de uma reunião, no Palácio do Planalto, presidida pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, ocasião em que foram analisadas algumas objeções das estatais a cortes de recursos cuja aplicação está sendo realizada agora.

Mortada negou que a Eletrobrás tenha sido poupada desse novo corte no item investimentos, acrescentando que ela sofreu não apenas dois, "mas vários cortes". A empresa, que tem uma dívida externa recorde, de US\$ 10 bilhões, recebeu autorização do governo para rolar US\$ 1,5 bilhão, que corresponde ao total dos vencimentos do principal e juros este ano. Desse modo, ela não terá nenhum "dinheiro novo" do Exterior para investir.

Embora sem indicar o dia em que o novo orçamento das estatais estará afinal fechado, Nelson Mortada deu a entender que as discussões levarão alguns dias, pois ainda hoje

haverá uma série de reuniões com a diretoria financeira de várias empresas estatais para discutir os critérios dos cortes, não só nos investimentos, mas nos dois outros itens do orçamento que terão seus valores reduzidos em termos reais: "outros custos" e "pessoal e encargos sociais".

QUESTÃO ACADÊMICA

Mortada classificou como uma "questão acadêmica" a discussão sobre a velocidade do impacto do aumento dos preços do açúcar e dos derivados do petróleo e do trigo, na taxa inflacionária e no INPC, com ou sem o expurgo. Afirmou que, naturalmente, sem o expurgo, o impacto será imediato, mas mesmo com o expurgo, haverá sempre um efeito, pois o reajuste nos preços de itens como óleo diesel acabará provocando elevações nos custos dos transportes e, conseqüentemente, das mercadorias transportadas, que terão seus preços ajustados a nível de consumidor.

A Seplan é contrária ao expurgo, posição coincidente com a do Palácio do Planalto, embora, no meio acadêmico, ex-ministros como Mário Simonsen e Roberto Campos insistam na necessidade de expurgar o INPC, sob pena de a inflação corretiva resultante dos reajustes de preços de produtos importados ser transformada em inflação permanente.